

### ATA N.º 93

Aos dias cinco do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, no Centro de Medicina Desportiva, sito na Avenida Prof. Egas Moniz, Estádio Universitário de Lisboa, o Congresso da Federação Equestre Portuguesa (“FEP”), oportunamente convocado nos termos dos Estatutos. -----

Conduziu os trabalhos a Presidente da Mesa do Congresso, Sra. Dra. Maria Rita Santos de Sampaio Nunes, que dirigiu os trabalhos, coadjuvada pela Vice-Presidente da Mesa, Sra. Dra. Joana Filipa da Silva Leal, e pelas Secretárias da Mesa, Sra. Dra. Maria Benedita Burnay de Sampaio Nunes e Sra. Dra. Maria Carolina dos Santos Gomes França Barreira. -----

Considerando que à hora para a qual o Congresso foi convocado (dezoito horas) não se encontravam presentes a maioria dos Delegados, o Congresso reuniu em segunda convocação meia hora mais tarde, independentemente do número de Delegados presentes, conforme estatutariamente previsto, nos termos do disposto no artigo trinta e três, número dois, e expresso na respetiva convocatória. -----

A Presidente da Mesa do Congresso começou por saudar todos os presentes, tendo referido que conduzia com muito gosto, pela primeira vez, um Congresso da Federação Equestre Portuguesa. Estavam presentes no total, durante o Congresso, trinta e seis Delegados, sendo vinte e um em representação dos Sócios, cinco em representação dos Praticantes, quatro em representação dos Oficiais e seis em representação dos Treinadores, os quais rubricaram a lista de presenças mandada arquivar junto à presente ata. -----

Encontravam-se presentes ainda presentes o Presidente da FEP, Sr. Dr. José Manuel Alves Elias da Costa, os membros da Direção, Sr. Dr. João Manuel Vieira de Moura, Sr. Dr. Francisco José Perestrelo Santana Correia, Sr. Dr. Miguel Nuno Gouveia Pinheiro, Sr. Dr. Bruno Miguel Fernandes Pires, Sr. Dr. Miguel Ferreira Pinto da Cruz e Sr. Dr. Diogo Afonso Mendes de Almeida, o Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Dr. Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra, e o vogal do Conselho Fiscal, Sr. Dr. António José Ferreira da Silva Cordeiro, bem como o presidente do Conselho de Arbitragem, Sr. Dr. José Diogo da Mota e Silva Themudo e ainda o presidente do Conselho de Disciplina, Sr. Dr. Rui Gomes da Silva. -----

Dado que se encontravam igualmente presentes o Presidente da FEP do anterior mandato, Sr. Dr. Luís Manuel Cidade Moura, o Sr. Dr. Rodrigo Maria D'Orey Cabral Menéres, membro da anterior Direção, e Sr. Dr. José Gonçalves Mendes, com vista a prestar os esclarecimentos necessários no âmbito das contas relativas ao exercício de dois mil e dezoito, a Presidente da Mesa submeteu ao congresso a admissão dos membros do anterior mandato. Não tendo qualquer dos presentes apresentado oposição, a sua presença foi admitida.-----

Usando da palavra, a Presidente da Mesa recordou que o presente Congresso havia sido convocado, por meio de convocatória, por si subscrita, com data de quinze de maio de dois mil e dezanove, enviada a todos os Delegados por carta registada com aviso de receção, nos termos do disposto no artigo trinta e um, número um dos estatutos, e disponibilizada online, no site da Federação. -----

De seguida, a Presidente da Mesa informou que o Congresso se encontrava em condições de validamente reunir e deliberar, tendo concedido a palavra à Vice-Presidente da Mesa para proceder à leitura da seguinte-----

-----**Ordem de trabalhos**-----

**Um.** Apreciação e votação do Relatório e Contas referente ao exercício de 2018.-----

**Dois.** Apreciação e votação do Orçamento e Plano de Atividades para 2019. -----

**Três.** Informações gerais. -----

Antes de entrar na ordem de trabalhos, a Presidente da Mesa referiu que, conforme previsto no artigo trinta e um, número dois, parte final dos Estatutos, existe a possibilidade de, num período máximo de meia hora antes do início da discussão dos pontos previstos na ordem de trabalhos, serem debatidos quaisquer assuntos de interesse da Federação Equestre Portuguesa, pelo que foi questionado aos Delegados se alguém desejava usar da palavra. Neste sentido, usou da palavra o Delegado Sr. Conde de Portugal de Faria, que começou por cumprimentar a anterior Direção e felicitar os novos membros dos órgãos sociais da FEP, tendo demonstrado a sua satisfação pela conquista, por parte de Portugal da Taça das Nações e do Grande Prémio no Concurso de Saltos Internacional Oficial de Lisboa – CSIO de Lisboa, que muito orgulha o mundo equestre. -----

Entrando-se no **Ponto Um** da ordem de trabalhos, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente da Federação, Sr. Dr. José Manuel Alves Elias da Costa para apresentar o Relatório e Contas relativos ao exercício de dois mil e dezoito. Usando da palavra, o Presidente de Federação começou por referir que, por força da necessidade de proceder à eleição dos órgãos sociais da Federação, que teve lugar no passado dia vinte e sete de março de dois mil e dezanove, não foi possível realizar a reunião ordinária do Congresso para aprovação do Relatório e Contas relativo ao exercício de dois mil e dezoito e do Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e dezanove em data anterior. Esclareceu que, não obstante o Relatório e Contas relativo ao exercício de dois mil e dezoito ter sido preparado e aprovado pela anterior direção da FEP, o mesmo deve ser submetido à aprovação do Congresso, razão pela qual a atual direção da Federação solicitou à Presidente da Mesa do Congresso a convocatória do presente Congresso. Acrescentou, ainda, que as contas certificadas da FEP refletem uma adequada situação de tesouraria, sem dívida financeira e com uma credibilidade reconhecida pelo mercado e pelas autoridades públicas e privadas a quem a Federação reporta. Terminou a sua intervenção elogiando o desempenho da anterior direção na recuperação económica e financeira da Federação, referindo, ainda, que a presença do Sr. Dr. Luís Manuel Cidade Moura e do Sr. Dr. Rodrigo Maria D'Orey Cabral Menéres no presente Congresso iria permitir uma melhor avaliação do Relatório e Contas relativo ao exercício de dois mil e dezoito. -----

De seguida, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Sr. Dr. Luís Manuel Cidade Moura, ex-Presidente da FEP, que agradeceu o convite da atual Direção para apresentar as contas da Federação. Usando da palavra, o Sr. Dr. Luís Manuel Cidade Moura fez uma exposição exaustiva do Relatório e Contas relativos ao exercício de dois mil e dezoito, tendo salientado a evolução dos aspetos financeiros mais relevantes, seguindo na sua apresentação os temas apresentados no Relatório e Contas de dois mil e dezoito. -----

Terminada a intervenção do anterior Presidente da FEP, a Presidente da Mesa concedeu novamente a palavra ao Presidente da Federação, Sr. Dr. José Manuel Alves Elias da Costa, que agradeceu a intervenção do Sr. Dr. Luís Manuel Cidade Moura. -----

De seguida, a Presidente da Mesa informou os presentes que iria dar a palavra aos Delegados que manifestaram a vontade de intervir neste ponto, seguindo, em primeiro lugar, a ordem da

lista de presenças onde os senhores Delegados haviam antecipadamente indicado a sua intenção de intervir em determinados pontos da ordem de trabalhos, e depois aos demais delegados que desejassem intervir. -----

Em primeiro lugar, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Delegado Sr. Dr. Alexandre Costa Lobo Mascarenhas de Lemos, o qual, após saudar os presentes, colocou inúmeras questões acerca do Relatório e Contas em discussão, nomeadamente quanto à falta de candidaturas ao Fundo FAMID, e ao procedimento existente para a determinação das candidaturas vencedoras às verbas desse Fundo, à correspondência trocada entre a FEP e o IPDJ; aos protocolos celebrados com outras federações e entidades; ao custo com serviços externos, nomeadamente com advogados, a algumas questões relacionada com a atividade equestre de competição e ainda a determinados processos judiciais em curso que envolvem a FEP, tendo solicitado a junção à presente ata de documentação relacionada, bem como a respetiva declaração de voto, que se arquivava junto à presente ata (em suporte autónomo que ficará arquivado junto ao livro de atas na sede da FEP). Finalmente questionou o Presidente em funções Sr. Dr. José Manuel Alves Elisa da Costa sobre se a queixa apresentada por alguns delegados ao Conselho de Justiça anterior já teria sido entregue ao Conselho de Justiça atual para deliberação.-----

De seguida, a Presidente da Mesa deu a palavra ao Delegado Sr. Prof. João Castro Freire Bagulho, que saudou os membros da Mesa e da Direção e declarou ter feito um levantamento exaustivo da parte desportiva do Relatório em análise, tendo solicitado a junção à presente ata de um documento, o qual foi mandado arquivar pela Presidente da Mesa. No que respeita à disciplina da resistência equestre fez uma referência expressa à relação da FEP com a Federação Hípica Espanhola, bem como ao apoio aos árbitros em Fronteira e às ações de formação realizadas.-----

Finda a intervenção do Delegado Sr. Prof. João Castro Freire Bagulho, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Delegado Sr. Eng.º Bento Luís Palma Castelhana, que saudou os presentes salientando a dificuldade na tarefa dos órgãos sociais da Federação bem como a importância da crítica desportiva para bem do desporto equestre. Destacou alguns aspetos referentes ao processo judicial em curso no qual é parte; à rede nacional de centros federados e



à formação de recursos humanos, tendo terminado por mencionar que se impõe a realização de uma auditoria aos processos pedagógicos das formações de todos os tipos (nomeadamente selas, treinadores, contínuas), com o objetivo de credibilizar todo o processo de formação. Por fim, solicitou que fosse junto à presente ata um documento que sintetiza as suas observações e no qual se inclui a sua declaração de voto, documento que foi também mandado arquivar para junção pela Presidente da Mesa. -----

Posteriormente, a Presidente da Mesa deu a palavra ao Delegado Sr. Dr. João Francisco Azevedo e Silva, que, após saudar os presentes, felicitou a anterior Direção pelo seu desempenho do ponto de vista financeiro e a FEP, no que respeita em especial à disciplina dos saltos de obstáculos, pelos prémios obtidos ao nível do escalão sénior durante o ano dois mil e dezoito, tendo no entanto referido que o Relatório em análise não espelha as situações que correram menos bem, como sejam os resultados ao nível das camadas mais jovens e o nível da formação e dos formadores, destacando a existência de pessoas a dar aulas sem qualquer tipo de credenciação.. -----

Por fim, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Delegado Sr. Dr. Francisco António Serra Captivo, que referiu que no Relatório e Contas relativo ao exercício de dois mil e dezassete não foram incluídos dois relatórios do Conselho de Justiça, o que voltou a acontecer este ano, pelo que tal facto o fará votar contra a aprovação do Relatório e Contas relativo ao exercício de dois mil e dezoito. -----

De seguida, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Dr. Luís Manuel Cidade Moura, que comentou as intervenções, e respondeu às questões colocadas pelos Delegados, tendo salientado os temas relativos às formações, às questões colocadas relativamente ao FAMID e aos processos judiciais em curso que envolvem a FEP. -----

Concluída a intervenção do anterior Presidente da FEP, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Delegado Sr. Dr. José Manuel Figueiredo, que, usando da palavra, agradeceu à anterior direção o desempenho e esforço demonstrados no exercício das suas funções, tendo ainda felicitado os novos membros dos órgãos sociais da FEP. -----



Não querendo ninguém usar da palavra, a Presidente da Mesa colocou à votação o Relatório e Contas referente ao exercício de dois mil e dezoito, o qual foi aprovado por maioria dos Delegados presentes, sem abstenções e com sete votos contra. -----

No âmbito da votação, foram apresentadas três declarações de voto pelos Delegados Sr. Dr. Alexandre Costa Lobo Mascarenhas de Lemos, Sr. Prof. João Castro Freire Bagulho e Sr. Eng.º Bento Luís Palma Castelhana, cujos originais se arquivam na Federação e se transcrevem: -----

**--Declaração de voto do Delegado Sr. Dr. Alexandre Costa Lobo Mascarenhas de Lemos--**  
*«Por considerar que o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2018 apresentados pela Direção não reflectem a actividade da FEP durante o referido exercício declaro que irei votar contra a proposta de aprovação dos referidos documentos.» -----*

**-----Declaração de voto do Delegado Sr. Prof. João Castro Freire Bagulho-----**  
*«Voto contra o Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício de 2018, já que pelo segundo ano consecutivo, há manifesto incumprimento no prazo que os Estatutos no seu Artº 37 ponto 2 determinam, ser até fim do mês de Março. -----*

*Elaborei uma análise comparativa do Plano e Orçamento de 2018, com o Relatório e Contas de 2018, cujas observações pessoais, sustentam e reforçam o meu voto contra o mesmo.» -----*

**-----Declaração de voto do Delegado Sr. Eng.º Bento Luís Palma Castelhana -----**  
*«Pretendo e solicito à Mesa para este documento constituir em si mesmo um anexo à ata do presente Congresso que minucie a minha intervenção proporcione suporte de fundamentação documental da minha Declaração de Voto contra o Relatório e Contas de 2018.» -----*

Entrando-se no **Ponto Dois** da ordem de trabalhos, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente da Federação, Dr. José Manuel Alves Elias da Costa, para apresentar o Plano de Atividades para dois mil e dezanove. Usando da palavra, o Sr. Presidente da Federação começou por referir que teria como objetivo inventariar e identificar o conjunto de iniciativas aos diferentes níveis e disciplinas que seriam objeto de patrocínio e/ou realização por parte da Federação ao longo de dois mil e dezanove. Referiu, também, que o plano de atividades terá, necessariamente, que respeitar o orçamento de receita estimado para dois mil e dezanove, que neste caso é de 1.429.629,21 €, dos quais 616.800,58 € correspondem a proveitos correntes e 812.828,63 € a subsídios à exploração. Continuou referindo que o grau de probabilidade do

orçamento de receita será relativamente elevado tendo em conta a evolução histórica dos proveitos correntes e as aprovações já recebidas pela FEP quanto aos subsídios à exploração do IPDJ, cuja contratualização aguarda apenas a aprovação dos documentos apresentados a este congresso. Quanto ao orçamento de despesa no montante de 1.429.629,21 €, prevê-se que 963.488,63 € (67%) sejam afetos ao desenvolvimento da prática desportiva e alto rendimento e os restantes 446.140,58 € (33%) para as despesas de funcionamento da Federação. Referiu, ainda, será necessário assegurar um controle mensal de execução orçamental que permita uma visão antecipada da materialização da despesa dentro dos respetivos orçamentos. -----

Destacou, ainda, que o objetivo da FEP será sempre o de assegurar que as contas de exploração sejam equilibradas e saudáveis, sendo esta a única forma de garantir o futuro e a credibilidade do hipismo no contexto desportivo nacional. Remetendo, de seguida, para o plano de atividades, referiu que do mesmo consta, ao nível da formação, dos campeonatos nacionais e taças de Portugal, competições internacionais e nacionais, todo um conjunto de eventos que demonstram bem a força e a ambição do hipismo em Portugal. Salientou o foco e o esforço da FEP para responder às exigências do "alto rendimento" no que se refere à participação nos diferentes campeonatos da Europa e à ambição de participação nos jogos olímpicos e paraolímpicos de Tóquio 2020. -----

Frisou que tudo isto só será possível se se continuar a aproximar a federação da rede de centros equestres federados da FEP, estruturando e reforçando a sua organização, o seu relacionamento e os seus objetivos e por essa via, chegarem mais próximos dos praticantes, oficiais e treinadores. - Por fim, referiu que terá que existir uma participação maior dos centros equestres em tudo o que diga respeito à formação, à atualização dos vários regulamentos, à redução dos custos de organização de eventos e competições, colocando a FEP à disposição para prestar os esclarecimentos que entendam ainda por necessários. -----

De seguida, a Presidente da Mesa informou os presentes que iria dar a palavra aos Delegados que manifestaram a vontade de intervir neste ponto, seguindo, em primeiro lugar, a ordem da lista de presenças onde os senhores Delegados haviam antecipadamente indicado a sua intenção de intervir em determinados pontos da ordem de trabalhos, e depois aos demais delegados que desejassem intervir. -----

Em primeiro lugar, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Delegado Sr. Dr. Alexandre Costa Lobo Mascarenhas de Lemos, que começou por dar as boas vindas ao novo Presidente da Federação, Sr. Dr. José Manuel Alves Elias da Costa, elogiando a sua qualidade humana e profissional e referindo que a responsabilidade assumida é muito importante tendo em conta a expectativa de medidas concretas que a seu ver carecem de ser tomadas. Sublinhou, no entanto, que não iria votar favoravelmente ao plano de atividades por este se identificar com as políticas anteriores, o que lamentou. -----

De seguida, a Presidente da Mesa deu a palavra ao Delegado Sr. Prof. João Castro Freire Bagulho, que começou por referir que fazia suas as palavras do Delegado Sr. Dr. Alexandre Costa Lobo Mascarenhas de Lemos em relação ao novo Presidente da Federação, sublinhando igualmente que o plano de atividades para dois mil e dezanove mantém as políticas anteriores pelo que não o subscreve, lamentando ainda a não existência de anúncio/informação no website do campeonato de Mundo e do campeonato da Europa que irão ter lugar em agosto e em setembro, bem como a situação das relações com Espanha que qualificou mais uma vez como de divórcio litigioso. Lamentou, ainda, que a situação do hipismo quando comparado com a situação da vela. Referiu, de seguida, uma descrição do Ministério da Educação relativamente ao desporto equestre que considera errada, solicitando a junção à presente ata do referido documento, o qual foi mandado arquivar pela Presidente da Mesa. -----

Finda a intervenção do Delegado Sr. Prof. João Castro Freire Bagulho, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Delegado Sr. Eng.º Bento Luís Palma Castelhana, que começou por referir que apesar da equipa agora eleita ter merecido o seu voto de confiança, a declaração de voto de abstenção que iria entregar relativamente ao plano de atividades resumia a sua intervenção, sublinhando de seguida a semelhança entre o plano de atividades para dois mil e dezanove e o plano para dois mil e dezoito, lamentando a mesma.-----

Não querendo ninguém usar da palavra, a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Federação, Sr. Dr. José Manuel Alves Elias da Costa, que se pronunciou sobre a importância da gestão de expectativas, pedindo aos Delegados que não tenham grandes expectativas, mas sim boas expectativas. -----



De seguida, a Presidente da Mesa colocou à votação o Plano de Atividades para dois mil e dezanove, o qual foi aprovado por maioria dos Delegados presentes, com cinco abstenções e com um voto contra. -----

No âmbito da votação, foram apresentadas duas declarações de voto pelos Delegados Sr. Prof. João Castro Freire Bagulho e Sr. Eng.º Bento Luís Palma Castelhana, cujos originais se arquivam na Federação e se transcrevem: -----

-----**Declaração de voto do Delegado Sr. Prof. João Castro Freire Bagulho**-----

«*Voto contra o Orçamento e Plano de actividades para 2019, pelo seguinte: -----*

*1-Há um manifesto incumprimento no prazo que os Estatutos no seu Artº 37 ponto 2 determinam, ser até fim do mês de Março. -----*

*2-Apesar de ser apresentado pela actual gestão, as diferenças com o Orçamento e Plano de 2018, são insignificantes, uma desilusão, conforme análise sucinta que elaborei e aqui anexo.*

*3-Acresce ainda na minha opinião: -----*

*A) A falta de transparência no regiro em corrigir as irregularidades detectadas pelo IPDJ, ---*

*B) A alteração dos anos de mandatos que assim deixam de ser coincidentes com o Ciclo Olímpico, regra determinada na lei passando a excepção. -----*

*C) Bem como no caso da renúncia dos titulares dos órgãos da FEP, que não se podem candidatar para o mesmo órgão nas eleições imediatas, o que na minha opinião veio a acontecer.» -----*

-----**Declaração de voto do Delegado Sr. Eng.º Bento Luís Palma Castelhana**-----

«*Para os necessários e devidos efeitos, declaro que me abstenho na aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2019 por verificar uma intensa “colagem” escrita e ideológica ao documento similar de 2018 e contra o qual eu havia oportunamente votado. -----*

*Tendo verificado as mencionadas pequenas alterações relativamente ao mesmo documento (de 2018), esta vez abstenho-me por a equipa administradora ser distinta e recente, o que me dá algum alento, ainda que a mesma (equipa) não nos tenho conseguido apresentar renovação suficiente num projeto que conduzisse a um melhor documento.» -----*

Entrando-se no **Ponto Três** da ordem de trabalhos, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente da Federação, Sr. Dr. José Manuel Alves Elias da Costa, que informou que gostaria

de fazer um ponto da situação relativamente à discussão em curso entre a FEP e o IPDJ sobre a representatividade, no congresso da FEP, das entidades que, embora de carácter não desportivo, desenvolvem atividades relevantes para a prática ou promoção do desporto equestre" ou seja, a representatividade no congresso, entre outras, da GNR, da Escola de armas do exercito, da associação puro sangue lusitano, da associação das raças seletas, da Feira Nacional do Cavalo. Referiu que a anterior Direção fez publicar e bem, na sua opinião, no relatório e contas de 2018, toda a correspondência trocada sobre a matéria entre a FEP, o IPDJ e o Gabinete de sua Exa. o Secretário de Estado do Desporto e da Juventude, e acrescentou que o que estava em causa era uma determinação do IPDJ para a FEP promover a alteração do respetivo regulamento eleitoral no prazo de 30 dias úteis a contar da recepção do seu ofício, findo o qual e caso nada venha a ser comunicado ao IPDJ, se proporá a sua Exa. o Secretário de Estado do Desporto e da Juventude, a suspensão do estatuto da utilidade pública desportiva da FEP. Tratava-se assim, de um assunto muito sério e para o qual a atual Direção irá dar a máxima prioridade. ----- De seguida, referiu que a primeira ação da FEP, por sugestão da Presidente da Mesa do Congresso, do Presidente do Conselho de Justiça e do Presidente do Conselho de Disciplina, foi solicitar sobre a matéria um Parecer de Direito a um professor de direito com méritos reconhecidos pelo mercado, neste caso, ao Professor Rui Medeiros, Professor Catedrático de Direito da Universidade Católica, com vista a saber que direito assistia à posição da FEP, por forma a conhecer a melhor estratégia para a defesa dos interesses da FEP e dos seus associados. Recomendou a todos os delegados a leitura do parecer do Professor Rui Medeiros recebido em fins de maio e que foi publicado no site da FEP no dia 3 de junho de 2019 e que, de uma forma sistemática e clara, dá razão à posição defendida pela FEP, concluindo não existir razão jurídica que sustente a determinação do IPDJ. ----- Acrescenta citando o Professor Rui Medeiros na parte que leu e se transcreve «...as Instituições que, embora de carácter não desportivo, desenvolvem atividades relevantes para a prática ou promoção do desporto, e que possam ser equiparadas a clubes desportivos (como é o caso da GNR, escola de armas, APSL, etc...), devem poder ser representadas, a par dos clubes e de outras entidades similares, por 70% do número total de delegados ao congresso da FEP».....

Concluiu a sua intervenção dizendo que a Direção considera que a FEP está juridicamente segura da sua posição e, quando o IPDJ decidir retomar a discussão desta matéria (se decidir nesse sentido), não haverá dúvida sobre os direitos que assistem à FEP, os interesses a defender, os argumentos jurídicos que sustentam a posição da FEP, e, nessa medida, o IPDJ certamente ponderará a sua posição. -----

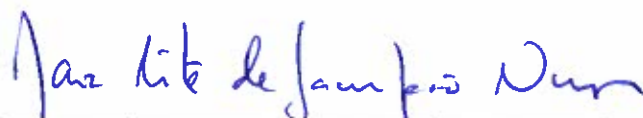
Continuou referindo que se, por um lado, parece evidente que para honrar o mundo equestre que a FEP é, todos têm de respeitar, considerar e defender o passado, sobretudo, as origens, a tradição, a história que neste caso específico passa pela defesa da representatividade em congresso de instituições como a GNR, a Escola de Armas, a Associação do Puro Lusitano, a Associação das Raças Seletas, a Feira Nacional do Cavalo, também é evidente que uma rede de centros federados equestres, que envolvem cerca de duzentos e cinquenta clubes hípicas, não pode ser representada em congresso apenas por dez ou doze clubes hípicas. Há que reconhecer que temos de mudar alguma coisa para que todos se sintam efetivamente representados. -----

Continuou expondo que neste sentido, e na medida em que é preciso atender às disposições estatutárias, é intenção da Direção convocar novo congresso durante dois mil e dezanove para incentivar a adesão à qualidade de sócio da FEP dos inúmeros centros hípicas inscritos na rede de centros equestres federados, nomeadamente, propondo a alteração do artigo treze, número dois dos estatutos da FEP, de forma a reduzir pelo menos para metade o valor da respetiva quota anual (de 10% para 5% do rendimento mínimo anual). -----

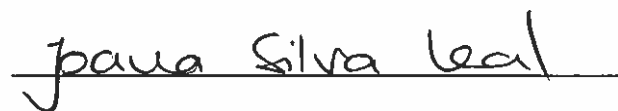
Por fim, concluiu dizendo que a quota anual de sócio da FEP é considerada pelos centros hípicas como o principal obstáculo à sua adesão à qualidade de sócio, razão pela qual a Direção irá propor a alteração dos estatutos no sentido indicado, o que, associado a todo um outro conjunto de medidas de apoio que a Direção irá tomar ao longo do ano, irá permitir aumentar significativamente o número de associados – pelo menos é esta a convicção da direção.-----

De seguida, a Presidente da Mesa perguntou se mais alguém queria usar da palavra, tendo concedido a palavra ao Delegado Sr. Dr. Alexandre Costa Lobo Mascarenhas de Lemos, que propôs verbalmente um voto de louvor à equipa portuguesa de saltos de obstáculos que venceu os Jogos do Mediterrâneo, à equipa que ganhou a Taça das Nações do CSIO de Lisboa, e à

Mesa do Congresso pela forma como o Congresso foi conduzido, os quais foram aceites pelos Delegados presentes, tendo a Presidente da Mesa agradecido o voto de louvor. -----  
Não desejando ninguém usar da palavra, e encontrando-se esgotados os pontos da ordem de trabalhos, a Presidente da Mesa declarou encerrado o Congresso, do mesmo se lavrando a presente ata, que é assinada por si, pela Vice-Presidente da Mesa e pelas Secretárias da Mesa.



Presidente da Mesa



Vice- Presidente da Mesa



Secretária da Mesa



Secretária da Mesa